

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

A(O) ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) E COMISSÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ.

PREGÃO ELETRÔNICO 214/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13.710/2019

OBJETO: Aquisição de Equipamentos Médicos, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

A IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.255.403/0001-60, representada neste ato pelo seu representante legal, a seguir denominada simplesmente de CONTRARRAZOANTE, vem através desta, tempestivamente, na forma da legislação vigente, ofertar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Apresentado pela empresa VMI TECNOLOGIAS LTDA, já qualificada no presente certame, a seguir denominada apenas de CONTRARRAZOADA, pelos fatos e fundamentos que passa a expor.

I – DA TEMPESTIVIDADE:

Conforme determina o item 21.2 do Edital, o prazo para apresentar contrarrazões ao recurso é de 03 (três) dias úteis, o qual terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do CONTRARRAZOADA.

O prazo de razões da CONTRARRAZOANTE iniciou-se em 26/12/2022, de modo que o término do prazo se dará em 28/12/2022. Diante de todo o exposto, a presente contrarrazão é plenamente TEMPESTIVA, devendo ser acolhida e conhecida.

II – DAS INTIMAÇÕES:

Diante do Princípio da Publicidade requer que todos os atos do presente procedimento administrativo sejam encaminhados via e-mail à juridico@imexmedicalgroup.com.br e licitacao@imexmedicalgroup.com.br e/ou Carta Registrada ao endereço: Rua das Embaúbas, 601, Fazenda Santo Antônio, São José/SC - CEP 88.104-561, sob pena de nulidade de todos os atos processuais.

III – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

A CONTRARRAZOANTE registra de pronto que confia na lisura, imparcialidade, isonomia e razoabilidade a ser praticada no julgamento pelos Senhores(as) Pregoeiros(as) e Nobre Comissão deste certame, evitando assim a apreciação do mérito pelo Poder Judiciário.

Será demonstrado através deste recurso nosso Direito Líquido e Certo de sermos habilitados, pois cumprimos com todas as exigências do presente certame.

IV – DOS FATOS E FUNDAMENTOS DE DIREITO:

A CONTRARRAZOANTE participou e foi vencedora do Pregão Eletrônico Nº 214/2022, cujo objeto do certame é Aquisição de Equipamentos Médicos, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I - Arco Cirúrgico.

No entanto, a concorrente CONTRARRAZOADA impetrou recurso contra a classificação da CONTRARRAZOANTE sob a alegação, em síntese, de que não atende o edital.

Tais razões não merecem prosperar uma vez que não condiz com a realidade, o que ficará cabalmente demonstrado a Vossa Senhoria.

a) DO SISTEMA CEIS

Em que pese haver um errôneo registro no sistema CEIS, tal penalidade não impede a sua participação e habilitação neste certame. Explica-se.

De fato, existe o registro de uma ocorrência no CEIS referente a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar, contudo essa penalidade está restrita ao com o órgão sancionador, qual seja, a Prefeitura Municipal de Toritama/PE.

Não há dúvidas que a abrangência da penalidade aplicada fica restrita ao órgão Sancionador, conforme demonstra CEIS, no item Abrangência definida em decisão judicial, onde aponta-se: NO ÓRGÃO SANCIONADOR.

É importante destacar ainda, que ingressamos com ação contra a aplicação da penalidade a qual já está em trâmite e análise do magistrado.

O fato de a CONTRARRAZOANTE ter recebido sanção na Prefeitura de Toritama/PE, não desqualifica a capacidade jurídica desta empresa, tendo em vista que a sanção aplicada é nítida ao definir sua abrangência somente ao órgão sancionador, sendo assim não há que se falar em impedimento da CONTRARRAZOANTE em licitar com o MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ.

O impedimento de licitar com o Município de Toritama/PE, foi em virtude de uma suposta apresentação de atestado de capacidade técnica falso. O que ocorreu, foi que um dos atestados apresentados pela CONTRARRAZOANTE foi apresentado em nome de uma das suas empresas sócias à época e, o município entendeu, erroneamente, que tratava-se de documento falso por ser de outra empresa.

Sendo assim, tal penalidade além de ter sido aplicada exclusivamente junto ao Município de Toritama/PE, e que, repita-se, está sub judice para retirada imediata desta descabida penalidade, trata-se de um motivo que não traz riscos à Administração Pública, uma vez que não deixou de assinar contratos e/ou deixou de executar a sua obrigação. Ao contrário, repita-se, a CONTRARRAZOANTE tem participado e em sua grande maioria, vencido os certames com um produto de qualidade e pelo melhor preço.

Conforme entendimento do TCU a penalidade restringe-se apenas ao órgão e/ou entidade contratante a qual a penalidade foi aplicada, ou seja, restringe-se apenas à Prefeitura de Toritama/PE.

Acórdão 2962/2015-Plenário, Relator: Benjamin Zymler: a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 incide somente em relação ao órgão ou à entidade contratante. (grifos nossos)

Os tribunais também têm entendido neste mesmo sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. SANÇÃO DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR. ABRANGÊNCIA. ÓRGÃO SANCIONADOR. CONCESSÃO LIMINAR DA SEGURANÇA. REFORMA DA DECISÃO. A controvérsia dos autos cinge-se sobre a abrangência da penalidade de suspensão temporária de licitar com Administração. A matéria consiste em questão controvertida na doutrina e jurisprudência. O art. 87, do Estatuto da Licitação prevê o rol de sanções administrativas a serem

impostas ao contratado que praticar algum ilícito. O inciso III prescreve a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração. Já o inciso IV destaca sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública. [...]. Todavia, segundo o entendimento majoritário sobre o tema, o qual me filio, não há possibilidade de extensão da sanção. Note-se que cada penalidade menciona um destinatário diferente. [...] Dessa forma, segundo uma interpretação literária da Lei no. 8.666/93, a sanção de suspensão temporária de licitar com a Administração apenas impede o direito de licitar ou contratar com aquele órgão ou unidade que impôs a penalidade. Já a declaração de inidoneidade de licitar abrangeria todos os entes federativos. Vale ressaltar que interpretação de uma norma sancionatória não pode ser extensiva. Outrossim, vislumbra-se que a intenção da Lei de licitação foi realizar uma gradação de penalidades. Portanto, patente a relevante fundamentação do mandamus para deferimento da liminar de segurança. Igualmente, o requisito de perigo da demora encontra-se atendido, porquanto os serviços estão sendo prestados via contrato emergencial, podendo ser realizado procedimento para nova contratação. Proveniente do recurso. (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro TJ-RJ - AGRADO DE INSTRUMENTO: AI 005980-17.2015.8.19.000 RIO DE JANEIRO CAPITAL 9 VARA FAZ PUBLICA)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PROCESSO LICITATORIO NC 53/2020, PREGAO ELETRONICO Nº 22/2020, PARA FORNECIMENTO DE OLEO DIESEL. DECISAO PROFERIDA NO AMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO APLICANDO A PENA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICIPIO DE PATO BRANCO PELO PERIODO DE 30 MESES. INSERCAO DA PENALIDADE JUNTO AOS REGISTROS DE TCE-PR DE FORMA GENERICA. IMPEDIMENTO DE LICITAR COM O PODER PUBLICO, SEM A DELIMITACAO NECESSÁRIA QUANTO AO ÂMBITO DO ENTE PÚBLICO QUE A APLICOU. A PENALIDADE DEVE SER VÁLIDA APENAS NO ÂMBITO DA ENTIDADE QUE A APLICOU, CONSOANTE JURISPRUDÊNCIA DO C. ORGAO ESPECIAL DESTA CORTE DE JUSTIÇA. RECURSO PROVIDO. (TJPR - C. Cível - 0036295-83.2021.8.16.0000 - Pato Branco - Rel.: DESEMBARGADOR NILSON MIZUTA - J. 04.10.2021)

Corroborando ainda neste sentido, em um pregão realizado na PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASÍLIA DE MINAS/MG (Pregão Presencial Nº 052/2022), em diligência realizado pelo Pregoeiro junto ao Município de Toritama/PE para confirmar se a penalidade registrada no CEIS era exclusivamente contra àquele município, a resposta foi positiva conforme registrado em Ata.

Sendo assim, a CONTRARRAZOANTE foi declarada vencedora deste certame mesmo com a referida penalidade, conforme registro em Ata, inclusive já assinamos contrato e recebemos o empenho.

Logo, a penalidade não tem impedido a CONTRARRAZOANTE de participar de quaisquer certames e, repita-se, tanto não impede que tem participado e tornando-se vencedora.

Outro certame e que foi citado pela CONTRARRAZOADA em suas razões recursais, em que a CONTRARRAZOANTE foi declarada vencedora com o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL/SC, que se manifestou no mesmo sentido, processo que também já assinamos contrato e recebemos o empenho.

Assim como HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE BRASÍLIA – HMAB, no Pregão Eletrônico SRP Nº 010/2022.

E ainda, a SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO, no Pregão Eletrônico N.º 045/2022.

Em decisão mais recente ao recurso apresentado pela própria CONTRARRAZOADA, o MUNICIPIO DE JABORANDI/BA no Pregão Eletrônico Nº. 017/2022 também manteve decisão de classificação da proposta da empresa IMEX MEDICAL.

Para todos estes casos os pregões foram homologados, para a CONTRARRAZOANTE e os contratos já foram assinados, demonstrando que não há nenhuma forma de impedimento para licitar.

Referente ao certame de Santa Casa de Misericórdia Santa Rita do Passa Quatro/SP citada pela CONTRARRAZOADA, a CONTRARRAZOANTE foi desclassificada pela questão técnica e da penalidade no CEIS. Contudo, foi apresentado Recurso Administrativo a qual está ainda sob análise.

De igual modo, quanto a Prefeitura Municipal de Garuva, citada pela CONTRARRAZOADA, ainda está em grau de recurso, portanto, sob análise.

Portanto, a IMEX MEDICAL ainda não foi declarada desclassificada conforme induz a CONTRARRAZOADA, haja vista que existem os processos de recurso em andamento.

Essas são algumas das situações entre tantas outras as quais vencemos o certame. E, conforme exposto acima, em todos os recursos administrativos, a CONTRARRAZOADA/IMEX tem-se sagrado vencedora e sua habilitação mantida.

Considerando todo o exposto, não é RAZOÁVEL que a CONTRARRAZOANTE seja desclassificada tendo em vista que a abrangência da Sanção aplicada se restringe apenas ao órgão Sancionador, a saber, Prefeitura de Toritama/PE.

Ou seja, a Administração Pública deixará de contratar com a MELHOR PROPOSTA DE MENOR PREÇO por um excesso de formalismo ao qual não impede a contratação com a CONTRARRAZOANTE.

O texto da publicação da penalidade aplicada no CEIS é cristalino e não abre margem para que a autoridade possa aumentar a sua abrangência.

A CONTRARRAZOANTE não pode ser desclassificada, pois não foi suspensa com toda a Administração e sequer foi declarada inidônea, mas somente teve a aplicação da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com o Município de Toritama, não abrangendo outros órgãos.

Abaixo segue link, para acesso a defesa completa com todos os prints, comprovando a tudo o que descrevemos, neste documento, de modo a demonstrar, que a única intenção da CONTRARRAZOADA, mais uma vez é tumultuar o processo e atrasar a aquisição do equipamento pela prefeitura, trazendo enorme prejuízo, principalmente aos municípios, vejamos:

<https://drive.google.com/drive/folders/1Lp0CsKNIISH63rqxLFDxj0w9tPE5Z4Gy>

Ao mesmo tempo, tal desclassificação frustra o objetivo da licitação que é a da escolha da proposta mais vantajosa. Nesse sentido também entende a jurisprudência:

LICITAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO VENCIDA. LICITANTE INABILITADA. POSSIBILIDADE DE CONFERÊNCIA DA VERACIDADE DA INFORMAÇÃO PELA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES. IMPETRANTE QU POSSUÍA O REFERIDO DOCUMENTO REGULARIZADO ANTES DA DATA LIMITE PARA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO. FORMALISMO EXARCEBADO E FALTA DE RAZOABILIDADE. ATO ILEGAL. SEGURANÇA CONCEDIDA. REEXAME DESPROVIDO “Não se pode perder de vista que a finalidade precípua da LICITAÇÃO é a escolha da contratação mais vantajosa para a Administração Pública e, para atingi-la, não pode o administrador ater-se à rigorismos formais exacerbados, a ponto de afastar possíveis interessados do certame, o que limitaria a competição e, por conseguinte, reduziria as oportunidades de escolha para a contratação”. (ACMS n., rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, Primeira Câmara de Direito Público, j.21-6-2007).

Por fim, vale reiterar que a penalidade é apenas e exclusivamente contra o Fundo de Saúde do município de Toritama - PE, não abrangendo ao MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO/RJ. Embora, frisa-se, já está devidamente ajuizada para revisão pelo Poder Judiciário.

Verifica-se, portanto, que a proposta e documentação apresentada pela CONTRARRAZOANTE, atende a todos os requisitos do edital, motivo pelo qual deve ser HABILITADA.

VI – DAS RAZÕES FINAIS:

Não merece prosperar, as alegações da CONTRARRAZOADA, e não há o que se falar em desclassificação por descumprimento do Edital, uma vez que a CONTRARRAZOANTE cumpriu exatamente e completamente todas as exigências editalícias, sem nenhuma exceção, não havendo justificativa plausível para que as alegações infundadas da CONTRARRAZOADA venham a prosperar.

A CONTRARRAZOANTE/IMEX MEDICAL apresentou a melhor proposta à Administração Pública com melhor custo x benefício. Um equipamento de alta tecnologia e qualidade pelo menor preço, além do fato, de estar em consonância com todos, repita-se, todas as especificações técnicas exigidas em edital.

Ressalta-se que o equipamento ofertado pela IMEX MEDICAL/CONTRARRAZOANTE, é de alta qualidade, e que possui imagens com alta precisão e de alta tecnologia, de forma que foi concebido para adquirir excelentes imagens.

Como se pode observar, de acordo com o descrito no Edital e com todas as informações de cumprimento integral dos requisitos técnicos, conforme demonstrado, o equipamento ofertado pela CONTRARRAZOANTE possui todas as funcionalidades solicitadas e, até mesmo funcionalidades superiores ao exigido.

Não há motivos técnicos e jurídicos suficientes para que se mantenham a desclassificação da IMEX MEDICAL, uma vez que o equipamento ofertado supre exatamente todos os itens desejados por esta Comissão.

Assim sendo, diante de todas as contraprovas e informações aqui expostas, a presente contrarrazão apresentada pela IMEX MEDICAL, habilitada com melhor preço, ora denominada CONTRARRAZOANTE, deve ser PROVIDO para manter sua habilitação e, conseqüentemente o recurso interposto pela CONTRARRAZOADA, deve ser IMPROVIDO.

VII – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer seja negado provimento ao Recurso Administrativo interposto pela licitante CONTRARRAZOADA, VMI TECNOLOGIAS LTDA, de maneira que a decisão questionada seja mantida, ou seja, e a IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA seja mantida como vencedora, e, conseqüentemente, proceda-se à adjudicação à esta CONTRARRAZOANTE.

Outrossim, lastreada as contrarrazões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação mantenha sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior.

Nesses termos, pede e aguarda deferimento.

São José/SC, 26 de dezembro de 2022.

IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA

[Voltar](#) [Fechar](#)